

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 01/2023

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIRO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ALIENAÇÃO DE MOVEIS, IMÓVEIS, VEÍCULOS, MÁQUINAS E BENS INSERVÍVEIS OU OCIOSOS PERTENCENTES À PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ .

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ , Estado de Minas Gerais, com autorização do Chefe do Poder Executivo, torna público que realizará chamamento público para credenciamento de leiloeiro para prestação de serviço de alienação de veículos, máquinas e bens inservíveis ou ociosos pertencentes à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , conforme solicitação do Departamento Municipal de Administração e Planejamento, por meio de licitação na modalidade de leilão público, esclarecendo que o presente processo será regido pela Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e legislações posteriores, bem como pela Lei 9.514/97, de 20.11.97, e pelas disposições fixadas neste Edital e Anexos, que o integram e complementam.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação poderão ser enviados via correios, email ou diretamente ao Setor de Protocolo Geral do Município de Conceição do Pará , até o dia 14 de junho de 2023, às 17:00 (dezessete) horas, quando, impreterivelmente, terá início a sessão pública para abertura do envelope “habilitação”.

1 - DO OBJETO

1.1 - Constitui objeto do presente edital **o credenciamento de leiloeiros para a prestação dos serviços de alienação de bens moveis, imóveis, veículos, máquinas e bens inservíveis ou ociosos de propriedade da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , conforme solicitação do Departamento Municipal de Administração e Planejamento**, recebida a qualquer título, por meio de licitação na modalidade de leilão público, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, a saber:

Anexo I - Projeto Básico

Anexo II - Modelo de Requerimento de Credenciamento e Declaração para Habilitação

Anexo III - Minuta Contratual.

2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar deste Credenciamento os leiloeiros devidamente inscritos na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, de acordo com o art. 2º da IN DNRC nº 113, e que

PRAÇA JANUÁRIO VALÉRIO, 206 - CENTRO - TELEFONE: (37)3276-1110.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

atenderem a todas as exigências deste Edital e seus Anexos.

2.2 - O requisitos constam do item 4 e seus subitens abaixo com a apresentação da documentação relacionada.

2.3 - Não será admitida neste Credenciamento a participação de interessados:

2.3.1 – Em recuperação judicial, em recuperação extrajudicial, concordatários ou em processo de falência, sob concurso de credores, em dissolução ou em liquidação;

2.3.2 - que estejam com o direito de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ suspenso, ou que tenham sido declarados inidôneos pela Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do DF;

2.3.3 - que possua participaçãp direta ou indireta de sócio, diretor ou responsável técnico que tenha vínculo empregaticio com o Municipio de Conceição do Pará.

2.3.4 Cujos sócios desta empresa, bem como seus gerentes e diretores sejam cônjuges, companheiros(as) ou parentes em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

3 - DAS DATAS, DOS HORÁRIOS E DO LOCAL

3.1 - Recebimentodos envelopes “Documentação para habilitação” **até as 17:00 horas, do dia 14/06/2023.**

3.1.1 – Os envelopes poderão ser entregues à Comissão através de portador, via correios ou email, ressalvando-se que só serão conhecidos aqueles que efetivamente derem entrada na documentação até o dia e hora e no local fixado, respectivamente, nos subitens 3.1 e 3.3 deste edital.

3.2 - Abertura de envelopes “Documentação para habilitação” **as 09:00 horas, do dia 19/06/2023.** No setor de Licitações na Praça – Januário Valério nº 206, Centro, CONCEIÇÃO DO PARÁ - MG.

3.3 - Para ter direito a manifestar-se no procedimento de habilitação para credenciamento, inclusive em renúncia ao direito de interpor recurso, cada licitante participante deverá apresentar-se com apenas um representante que, devidamente munido de documento de identidade, responda por sua representada.

3.3.1 – Quando se tratar de Titular, Diretor ou Sócio da empresa, deverá ser apresentado documento

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

comprobatório de sua capacidade para representá-la (ex.: contrato social, cópia de ata, procuração).

3.3.2 – Quando se tratar de representante que não se enquadre nas situações previstas nos subitens

3.3.1 e 3.3.2, deverá ser apresentada procuração dirigida à Comissão Permanente de Licitação, com dados de identificação do representante, devendo constar, expressamente, poderes para participar de todos os atos do credenciamento.

3.3.3.– A referida procuração, se particular, deverá fazer-se acompanhar de documento comprobatório da capacidade do outorgante para constituir mandatários.

3.3.4 – A ausência do documento de representação não impedirá o representante de participar do processo, entretanto, ficará impedido de praticar qualquer ato durante as reuniões de recebimento e abertura de envelopes.

4 - DA DOCUMENTAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO

4.1- Para fins de habilitação e credenciamento, visando a posterior contratação de que trata este processo, os interessados terão de satisfazer os requisitos relativos a:

- habilitação jurídica;
- regularidade fiscal;
- qualificação econômico-financeira;
- qualificação técnica.

4.2 - A **habilitação jurídica, regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira, poderão ser**

mediante a apresentação dos seguintes documentos.

4.3 - A documentação relativa à **habilitação jurídica** consistirá em:

4.3.1 - Declaração atualizada, com data não superior a 30 dias contados da data estabelecida no subitem 3.1 deste edital, emitida pela Junta Comercial do Estado de Minas Gerais ou documento equivalente, que comprove a regularidade do leiloeiro perante a Junta.

4.3.2 - Apresentação dos seguintes documentos:

- Cédula de Identidade do licitante;
- Inscrição no CPF do licitante;
- Cédula de identidade do cônjuge/companheiro (a) do licitante, se for o caso;
- Inscrição no CPF do cônjuge/companheiro (a) do licitante, se for o caso;
- Certidões de Casamento, de união Estável. De Separação Judicial, de óbito ou Declaração, sob as penas da lei, manifestando seu estado civil.

4.4 – A **regularidade fiscal e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

Prova de Quitação com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Dívida Ativa), estadual e municipal. E ainda, certidão trabalhista.

4.5 – A **qualificação econômico-financeira** será comprovada mediante a apresentação da Certidão de Falência e Concordata.

4.6 - A **qualificação técnica** será comprovada mediante a apresentação de:

4.6.1 - Prova de que o leiloeiro encontra-se devidamente inscrito na Junta Comercial da UF de jurisdição onde se darão os leilões a serem conduzidos, de acordo com os art. 1º e 2º da IN DNRCnº 113.

4.6.2 - Atestado(s), Certidão(s) e/ou Declaração(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) ter o licitante efetuado, de forma satisfatória, leilão compatível com o objeto do Credenciamento.

4.6.2.1 - O(s) atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões), contendo a identificação do signatário, deve(m) ser apresentado(s) em papel timbrado do(s) signatário(s) e deve(m) indicar as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante.

4.7 - O licitante deverá apresentar, ainda, documento, sob as penalidades cabíveis, conforme Anexo II, declarando que:

- os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste Credenciamento;
- não se encontra declarado inidôneo para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal ,
- inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação e
- Declaração de trabalho noturno e
- Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da lei.

4.8.1 - Caso o interessado esteja com documento vencido, poderá apresentar a documentação atualizada, juntamente com os demais documentos de habilitação.

4.8.2 – Os licitantes deverão apresentar todos os documentos de habilitação dentro do envelope “Documentação para Habilitação”.

4.9 - Os documentos exigidos neste edital para credenciamento poderão ser apresentados no original, por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pela Comissão.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

4.10 - Não serão aceitos documentos apresentados através de fax, telex ou e-mail.

4.11 - Toda a documentação constante do Envelope deverá estar devidamente numerada, da seguinte forma:

- 1/25 (folha 1 do total de 25);
- 5/54 (folha 5 do total de 54)

4.12 – Da habilitação de Pessoa Física:

4.12.1 - A documentação relativa à habilitação da pessoa física, consistirá em:

4.12.2 - Apresentação dos seguintes documentos:

- Cédula de Identidade do licitante;
- Inscrição no CPF do licitante;
- Cédula de identidade do cônjuge/companheiro (a) do licitante, se for o caso;
- Inscrição no CPF do cônjuge/companheiro (a) do licitante, se for o caso;
- Certidões de Casamento, de união Estável. De Separação Judicial, de óbito ou Declaração, sob as penas da lei, manifestando seu estado civil.

- 4.12.3– A **regularidade fiscal e Trabalhista** será comprovada mediante a apresentação de Prova de Quitação com a Fazenda Federal (Secretaria da Receita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – Dívida;

- 4.12.4 - Atestado(s), Certidão(s) e/ou Declaração(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado que comprove(m) ter o licitante efetuado, de forma satisfatória, leilão compatível com o objeto do Credenciamento,

- 4.12.5 - O(s) atestado(s)/certidão(ões)/declaração(ões), contendo a identificação do signatário, deve(m) ser apresentado(s) em papel timbrado do(s) signatário(s) e deve(m) indicar as características, quantidades e prazos das atividades executadas ou em execução pela licitante

4.8 4.12.6 - O licitante deverá apresentar, ainda, documento, sob as penalidades cabíveis, conforme Anexo II, declarando que:

- os documentos que compõem o Edital foram colocados à disposição e tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste Credenciamento;

- não se encontra declarado inidôneo para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal ,

- inexistente fato superveniente impeditivo de sua habilitação e

- Declaração de trabalho noturno e

- Declaração de que a empresa não possui trabalhadores menores de 18 anos realizando trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, segundo determina o inciso V do artigo 27 da Lei Federal 8.666/93 (com redação dada pela Lei nº 9.854 de 27 de outubro de 1999), salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, na forma da lei.

5 - DO RECEBIMENTO DO ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO"

5.1 - No local, na data e no horário indicados nos subitens 3.1 e 3.3, cada licitante deverá

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

apresentará Comissão a "Documentação para Habilitação" em envelope lacrado, contendo na parte externa, além do nome e CPF do Leiloeiro, as seguintes informações:

Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO
DO PARÁ – MG Envelope nº 1 -
“DOCUMENTAÇÃO”

5.1.1 – A documentação para credenciamento poderá ser encaminhada via correios, email ou de forma presencial, desde que seja recepcionada na Comissão Permanente de Licitação até a data estipulada no preâmbulo deste edital, assumindo a empresa os riscos por eventuais atrasos no transporte e entrega da documentação na Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , solicitada neste Edital, preferencialmente em papel timbrado do próprio do proponente;

5.2 - Abertos os trabalhos dessa reunião pelo Presidente da Comissão, não serão recebidos outros documentos ou propostas, nem serão permitidos adendos ou alterações nas que tiverem sido apresentadas, ressalvada a faculdade de a Comissão promover diligências para a obtenção de informações e esclarecimentos complementares de quaisquer dos leiloeiros participantes.

6 - DA ABERTURA DO ENVELOPE "DOCUMENTAÇÃO PARA HABILITAÇÃO" E DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DA HABILITAÇÃO PRELIMINAR

6.1 - Na mesma data e no horário indicados no subitem 3.2, à vista dos interessados presentes, serão abertos os envelopes contendo a documentação para fins de habilitação, que será examinada e rubricada pelos leiloeiros participantes do processo e pelos membros da Comissão.

6.2 – Os licitantes terão sua situação analisada por intermédio da documentação apresentada na forma do item 4 deste edital e seus subitens.

6.3 – A fim de verificar se existe restrição da licitante ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública, será efetuada consulta ao CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas, no sítio do portal de Transparência do Governo e SICON, sem prejuízo de verificação dessa restrição por outros meios.

6.4 - Será lavrada Ata que conterá o registro das principais ocorrências da reunião, em especial a enumeração dos leiloeiros participantes que apresentarem os envelopes "Documentação para Habilitação".

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

6.5 - Após o julgamento da documentação recebida, a Comissão divulgará o resultado da fase de

habilitação, com a indicação dos nomes dos leiloeiros inabilitados e habilitados, através do site <http://www.conceicaodopara.mg.gov.br>, ou então, se estiverem presentes todos os interessados, através de comunicação direta a estes na sessão, sendo lavrada a Ata.

6.6- Havendo renúncia expressa de todos os participantes ao direito de interpor recurso contra o resultado do julgamento da habilitação no ato em que foi adotada a decisão, a Comissão poderá realizar, nesta mesma sessão, o sorteio para ordenamento dos leiloeiros habilitados no banco de credenciados, de tudo lavrando-se Ata.

6.7 - Decorrida a fase de habilitação, não cabe desistência pelo participante, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

7 - DA INABILITAÇÃO

7.1 - Será inabilitado o leiloeiro que:

7.1.1 - desatender às exigências do item 4 ou deixar de apresentar a documentação solicitada, apresentá-la incompleta ou em desacordo com as disposições deste edital;

7.1.2 - esteja com algum documento vencido, por ocasião da consulta sobre a situação do fornecedor, efetuada no aludido Sistema, e, no caso de documento vencido, não tenha exercido a faculdade prevista no subitem 4.8.1;

7.1.3 - possua registro de ocorrência que o impeça de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ ou que tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração, no âmbito Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

7.1.4 - deixe de apresentar a documentação solicitada na data fixada ou apresente-a incompleta ou em desacordo com as disposições deste Edital.

7.2 - A inabilitação do leiloeiro importará no seu afastamento do processo, não vindo a ser credenciado.

7.3 - Se todos os participantes forem inabilitados, a Comissão poderá fixar o prazo de 8 (oito) dias úteis para a apresentação de novas documentações, escoimadas das causas das inabilitações.

8 - DO SORTEIO PARA ORDENAMENTO DOS CREDENCIADOS

8.1 - Na data e horário fixados nos termos do subitem 3.2, desde que julgados os recursos eventualmente dispostos ou no caso do subitem 6.7, a Comissão realizará sorteio para definir o ordenamento a ser observado no banco de credenciados.

8.2 - Somente participarão do sorteio os leiloeiros previamente habilitados pela Comissão.

8.3 - Para fins de ordenamento, o leiloeiro sorteado em primeiro lugar ocupará o

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

primeiro lugar no banco de credenciados, o leiloeiro sorteado em segundo lugar ocupará o segundo lugar no banco de credenciados e assim sucessivamente até que todos os leiloeiros habilitados tenham sido sorteados e ordenados no banco de credenciados.

9 - DOS RECURSOS

9.1 - Das decisões e atos no procedimento deste Credenciamento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, sendo o horário limite para sua entrega na Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ localizada Praça Januário Valério, nº206, Centro, em CONCEIÇÃO DO PARÁ – MG, CEP: 36.570-000, até às 16:00 horas (horário de Brasília), quanto a:

9.1.1 - habilitação ou inabilitação do licitante;

9.1.2 - anulação ou revogação da licitação;

9.1.3 - penalidades aplicadas.

9.2 - A intimação dos atos referidos nos subitens 9.1.1 a 9.1.3 - excluídos deste último as penalidades de advertência e multa de mora - será feita mediante publicação na imprensa oficial, salvo para os casos previstos nos subitens 9.1.1, se presentes os leiloeiros participantes ou seus representantes legais, no ato em que foi adotada a decisão, quando poderá ser efetuada por comunicação direta aos interessados e lavrada em ata.

9.3 - Os recursos serão dirigidos à autoridade superior à que proferiu a decisão, por intermédio desta.

9.4 - Não serão considerados os recursos que se baseiam em aditamento ou modificações da proposta, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

9.5 - Interposto o recurso, dele será dada ciência aos demais licitantes abrangidos, que poderão impugná-lo no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

9.6 - É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pelo mesmo licitante.

9.7 - A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento, por escrito, aos interessados.

10 - DA HOMOLOGAÇÃO, DO CREDENCIAMENTO E DA CONTRATAÇÃO

10.1 - À vista do relatório da Comissão, o resultado de credenciamento será submetido à consideração da autoridade competente da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ, para fins de homologação do presente procedimento.

10.2 – Os licitantes que atenderem às exigências deste edital estarão credenciados para prestação dos serviços objeto do credenciamento e poderão ser convocados para contratação, observada a ordem de classificação nos termos do item 8 deste edital.

10.3 – A contratação formalizar-se-á mediante a assinatura de instrumento particular, observadas as cláusulas e condições deste edital e da minuta do contrato (Anexo III).

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

10.4 - A assinatura do contrato pelo licitante credenciado dar-se-á no prazo de até 5 (cinco) dias úteis a contar da data de sua convocação pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

10.5 - A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato dentro do prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no item 15 deste Edital.

10.6 - Poderá o leiloeiro perder a sua condição de credenciado até a contratação, se a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ tiver conhecimento de fato ou circunstância superveniente, só conhecido após o julgamento, que desabone sua habilitação jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico- financeira ou técnica.

11 - DAS VIGÊNCIAS

11.1 - O credenciamento terá validade de 24 (vinte e quatro) meses, a contar da publicação da relação dos leiloeiros habilitados, podendo ser prorrogado por período igual ou inferior, a critério exclusivo da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , até o limite permitido na Lei 8.666/93.

11.2 - O contrato a ser firmado terá duração de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ e com a concordância do leiloeiro contratado, por período igual ou inferior, até o limite permitido na Lei 8.666/93.

12 - DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

12.1 - O contrato a ser firmado, cuja minuta (ANEXO III) integra o presente Edital para todos os fins e efeitos de direito, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, tudo em conformidade com os termos deste processo para credenciamento, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

13 – DA DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇOS

13.1 – A convocação para prestação dos serviços obedecerá ao ordenamento obtido através do sorteio efetuado de acordo com o item 8 deste edital.

13.2 Os leilões, independente da quantidade de lotes, serão distribuídos entre os leiloeiros contratados, iniciando-se a distribuição pelo leiloeiro ordenado em primeiro lugar no banco de credenciados, ou seja, a convocação dos leiloeiros para a realização dos leilões, somente ocorrerá quando seu antecedente na ordem do banco de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

credenciados houver recebido os serviços.

13.2.1 – Para fins de distribuição de serviços, considera-se o primeiro e segundo leilões do mesmo lote de bens.

13.3 – Fica estabelecido o limite de 05 (cinco) leilões para que o próximo leiloeiro ordenado, conforme item 8 deste edital, seja convocado para prestação dos serviços.

13.4 – A convocação para prestação do serviço será efetivada através de comunicação formalmente encaminhada à contratada pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ e respeitará ordenamento obtido pelo sorteio, conforme item 8 deste edital.

13.5 – A distribuição dos serviços só ocorrerá de acordo com as necessidades da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , podendo, inclusive, o leiloeiro credenciado não receber serviços durante o período de credenciamento.

13.6 O presente credenciamento permanecerá permanentemente aberto à habilitação de novas pessoas jurídicas, devendo estas se submeterem ao mesmo processo do início do credenciamento.

14 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

14.1 – Correrão por conta exclusiva do contratado todos os tributos e taxas devidos sobre as obrigações decorrentes do objeto deste Edital, bem como as contribuições à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados.

15. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

- a) Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- b) Não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- c) Apresentar documentação falsa;
- d) Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- e) Ensejar o retardamento da execução do objeto;

- f) Não mantiver a proposta;
- g) Cometer fraude fiscal;
- h) Comportar-se de modo inidôneo;
- i) Falhar ou fraudar na execução do contrato

15.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

15.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

15.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.4.1. Advertência.

15.4.1.1. A sanção de advertência consiste em uma comunicação formal ao contratado, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada, e será expedido:

a) Pelo responsável pelo setor de licitações do órgão ou entidade da administração pública quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

b) Pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

15.4.2. Multa moratória e compensatória.

15.4.2.1. Multa é a sanção pecuniária que será imposta à pessoa física ou jurídica licitante ou à contratada responsável pelo atraso/mora no cumprimento de suas obrigações licitatórias ou contratuais ou pela prática de determinados atos, de acordo com os percentuais a seguir:

15.4.3. Percentuais de multa moratória:

15.4.3.1. 0,5% (zero, cinco por cento) por dia de atraso injustificado, ou de justificativa recusada pela Administração, relacionado ao prazo de entrega/fornecimento do bem ou à execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 15% (quinze por cento).

15.4.4. Percentuais de multa compensatória:

15.4.4.1. De até 10% (dez por cento) sobre o valor do bem ou serviço contratado, pelo descumprimento de qualquer obrigação por parte da pessoa física ou jurídica, exceto aquelas relacionadas ao prazo de entrega/fornecimento ou execução.

15.4.5. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

15.4.6. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.

15.4.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.

15.4.8. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas na Lei 8.666/93.

15.5. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Município de CONCEIÇÃO DO PARÁ , nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 .

15.5.1. Suspensão é a sanção que impossibilita a participação de pessoa física ou jurídica em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de CONCEIÇÃO DO PARÁ , de acordo com os prazos a seguir:

- a) Mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenada ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;
- b) Mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando a licitante solicitar cancelamento da proposta após o resultado do julgamento;
- c) Mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o contrato/nota de empenho ou retirar/receber a autorização/ordem de entrega/fornecimento do bem ou do serviço;
- d) Mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;
- e) Mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada apresentar documentos fraudulentos nas licitações, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;
- f) Mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;
- g) Mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo a falhar ou cometer fraude na execução do

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

contrato;

15.5.2. A suspensão poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.

15.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública do Município

de CONCEIÇÃO DO PARÁ enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

15.6.1. A declaração de inidoneidade será aplicada pela máxima autoridade da entidade da Administração.

15.6.2. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

15.6.3. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Município de Conceição do Pará e seus efeitos serão extensivos a toda Administração Pública.

a) As pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro de Fornecedores do Município de CONCEIÇÃO DO PARÁ, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

b) Suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

c) Declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

d) As sanções previstas nos itens acima poderão também ser aplicadas às pessoas físicas e jurídicas que:

e) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e

f) Tenham sido condenadas por atos de improbidade administrativa ou atos de corrupção empresarial, na forma da Lei.

15.7. Compete ao órgão ou entidade requisitante da contratação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas neste Decreto, cuja aplicação dependerá de ato da autoridade competente.

15.8. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas nos itens acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

15.9. As penalidades aplicadas deverão ser registradas pelo setor de licitação da entidade ou órgão sancionador.

15.10. A sanção de advertência pode ser aplicada à CONTRATADA juntamente com a multa.

15.11. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da

conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

15.12. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela PMCP, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas neste edital.

15.13. Antes da aplicação das sanções, como já exposto neste Edital, será oportunizado à Contratada, através de notificação administrativa, prazo para defesa prévia, na qual poderá utilizar os argumentos de fato e de direito pertinentes, bem como apresentar provas que julgar necessárias.

16 - DOS ILÍCITOS PENAIIS

16.1 As infrações penais tipificadas no Decreto-Lei nº 2.848, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

17 - DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO PRESENTE PROCESSO

17.1 A Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ poderá revogar o presente Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-lo por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, bem como adiá-la ou prorrogar o prazo para recebimento das propostas, sem que caiba aos interessados, quaisquer reclamações ou direitos indenização ou reembolso.

17.2 A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato, e em decorrência dessa anulação as licitantes não terão direito à indenização, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

18 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 A Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ poderá, a qualquer tempo e na forma da lei, realizar novos credenciamentos através da divulgação de um novo

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

edital.

- 18.2 Caso já existam empresas credenciadas, as empresas habilitadas no novo processo de credenciamento passarão a integrar o banco de credenciadas vigente, respeitando-se o prazo de vigência de cada credenciamento.
- 18.3 A participação no presente processo para credenciamento implica a concordância, por parte do leiloeiro, com todos os termos e condições deste Edital.
- 18.4 Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados no original, por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou cópia acompanhada do original para conferência pela Comissão.
- 18.5 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.
- 18.6 Não serão conhecidas as propostas e documentações apresentadas via fax ou e-mail.
- 18.7 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.
- 18.8 Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital, em dia de expediente da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .
- 18.9 É facultada à Comissão ou autoridade superior da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , em qualquer fase do processo para credenciamento, a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a sua instrução, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta para classificação.
- 18.10 Decairá do direito de impugnar os termos deste Edital perante a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , o leiloeiro que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para abertura dos envelopes de habilitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.
- 18.11 Serão de exclusiva responsabilidade do contratado, todas as despesas necessárias à contratação.
- 18.12 É vedado ao contratado caucionar ou utilizar o contrato objeto do presente certame, para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .
- 18.13 Quaisquer esclarecimentos, porventura necessários ao perfeito entendimento deste Edital, deverão ser encaminhados, por escrito, à Comissão Permanente de Licitação – CPL através do endereço eletrônico: licitacoes.pmcp@bol.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

- 18.14 Os esclarecimentos, após respondidos, serão encaminhados, por mensagem eletrônica, aos respectivos questionadores e demais interessados no processo, que tenham preenchido e encaminhado o protocolo de retirada do edital.
- 18.15 Eventuais impugnações ou recursos deverão ser entregues no endereço discriminado no item 9.1, sempre em dias úteis, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 16:00 às horas.
- 18.16 O edital e seus anexos estarão disponíveis na Internet no *site* da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , no site: www.conceicaodopara.mg.gov.br.
- 18.17 O edital e seus anexos poderão ainda ser solicitados pelo e-mail ou obtidos no endereço discriminado no subitem 9.1, mediante apresentação de pendrive.
- 18.18 É vedada à CONTRATADA a subcontratação total ou parcial de empresa para a prestação dos serviços contratados.

19.- DO FORO

19.1 Para dirimir as questões oriundas deste processo para credenciamento será competente ao foro da Comarca de Pitangui -MG, por mais privilegiado que outro seja, para dirimir as questões que não puderem ser, amigavelmente, resolvidas pelas partes.

CONCEIÇÃO DO PARÁ , 05 de junho de 2023.

José Cassimiro Rodrigues
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

PROJETO BÁSICO

1- OBJETO

1.1 – Constitui objeto do presente edital o **chamamento público para credenciamento de leiloeiro para prestação de serviço de alienação de moveis, imóveis, veículos, máquinas e bens inservíveis ou ociosos pertencentes à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ**, conforme solicitação do Departamento Municipal de Administração e Planejamento, de acordo com os critérios, termos e condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

2- DA JUSTIFICATIVA

2.1 – Justifica-se o presente credenciamento tendo como base o art. 25, onde é expresso que a inexigibilidade do procedimento licitatório pode existir quando não há meios objetivos de determinar um vencedor do certame ou quando, segundo Marçal Justen Filho “houver número ilimitado de contratações e (ou) quando a escolha do particular a ser contratado não incumbir à própria Administração”. O presente processo, por esta ótica, se justifica como credenciamento, uma vez que a atividade de leiloeiro não tem como ser medida com parâmetros objetivos que consigam garantir a contratação mais vantajosa para a Administração. Ademais, a quantidade de participantes é ilimitada, tendo em vista que o credenciamento permanecerá aberto, o que possibilita que qualquer leiloeiro possa se cadastrar.

3 -MODO DE ATUAÇÃO

3.1 – A PREFEITURA disponibilizará ao leiloeiro o Modelo de Edital acrescido dos Anexos do processo licitatório de alienação de móveis e imóveis ou bens inservíveis ou ociosos, contendo a relação dos bens a serem leiloados e o valor mínimo como lance nos leilões.

3.2 – A realização do leilão deverá ocorrer mediante solicitação da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ.

3.3 - A PREFEITURA providenciará as publicações legais, conforme preconiza a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e a Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997.

4 – DA REMUNERAÇÃO DO CONTRATO

4.1- A título de remuneração o contrato receberá 5% (cinco por cento) do valor de arrematação de cada bem móvel, imóvel ou bens inservíveis ou ociosos arrematados, a ser pago pelo arrematante no ato do leilão, sendo esta a única remuneração percebida pela execução do contrato, não cabendo qualquer exigência de pagamento ou ressarcimento junto a PREFEITURA ou a terceiros pelos serviços avençados neste instrumento.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

4.2 – O CONTRATADO obriga-se a restituir ao arrematante o valor pago a título de comissão, sem direito a

reembolso, nos casos em que a contratação da venda não possa ser concluída em virtude de determinação judicial.

4.3 – Caso o negócio não se realize por culpa exclusiva da PREFEITURA, a comissão será devolvida ao arrematante pelo CONTRATADO, o qual terá direito ao ressarcimento do respectivo valor, a ser efetuado pela PREFEITURA.

4.3.1 – No caso de desistência do arrematante não haverá a devolução da comissão pelo CONTRATADO.

5 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DO REPASSE DOS VALORES À PREFEITURA

5.1 – O CONTRATADO, se obriga em até 05 (cinco) dias úteis contados da realização do leilão, a efetuar o envio de dossiê de arrematação do bem imóvel ou móvel ou de bens inservíveis ou ociosos ou de leilão deserto à PREFEITURA, contendo a seguinte documentação:

- a) Auto de Leilão, após a realização do certame;
- b) Termo de Arrematação e Carta de Arrematação, se for o caso;
- c) Recibo da Comissão paga ao arrematante, se for o caso;
- d) Termo de Declaração de Leilão Deserto, se for o caso.

6 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DOS SERVIÇOS ENTRE AS CONTRATADAS

6.1 – Os leilões, independente da quantidade de lotes, serão distribuídos entre os leiloeiros contratados, iniciando-se a distribuição pelo leiloeiro ordenado em primeiro lugar no banco de credenciados, ou seja, a convocação dos leiloeiros para realização dos leilões, somente ocorrerá quando seu antecedente na ordem do banco de credenciados houver recebido os serviços.

6.1.1 – Para fins de distribuição de serviços, considera-se o primeiro e segundo leilões do mesmo lote de bens.

6.2 – Caso o leiloeiro da vez não possa realizar o leilão, este deverá justificar através de ofício os motivos para a não realização dos serviços, sendo convocado o próximo leiloeiro no banco de credenciados.

6.3 – O leiloeiro que não realizar o leilão na sua ordem de convocação, só será demandado novamente após a realização de leilão pelo leiloeiro que o antecede no banco de credenciados.

6.4 – Quando todos os leiloeiros contratados forem demandados, a distribuição dos leilões será reiniciada.

6.5 – O leiloeiro que recusar o serviço, independente do motivo, por três vezes durante a validade do contrato ou que tenha demonstrado desempenho operacional, insatisfatório, terá seu contrato rescindido.

6.6 – Em caso de rescisão contratual, será convocado o leiloeiro ordenado de acordo com

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

os critérios de que trata o item 5.1 deste Projeto Básico.

7 – DA ORGANIZAÇÃO E LOCAL DO LEILÃO PÚBLICO

7.1 - A organização do leilão será realizada pelo CONTRATADO, sob sua responsabilidade e ônus, em local próprio destinado a esse fim, à critério da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

7.2 - Serão a cargo do CONTRATADO todas as despesas necessárias e/ou decorrentes, tais como café, água, internet, e-mail e catálogos.

7.3- O CONTRATADO deverá fornecer, às suas expensas e sob sua responsabilidade exclusiva, toda a mão de obra auxiliar para o bom desempenho das etapas relativas ao leilão: catalogar, emitir atas e recibos, inclusive sinal de arrematação de imóvel a receber os pagamentos.

7.4 - Conduzir o Público leilão e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

7.5– Fornecer aos arrematantes vencedores os Termos de Arrematação e os recibos dos valores pagos.

7.6– O CONTRATADO deverá corrigir, por sua conta, e no prazo fixado pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , os serviços que apresentam incorreção e imperfeição.

CONCEIÇÃO DO PARÁ, 05 de junho de 2023

Genário Carlos de Faria
Diretor Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

ANEXO II

MODELO DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DECLARAÇÃO PARA HABILITAÇÃO

Nome do leiloeiro

CPF

Matricula na Junta Comercial

Data da inscrição

dd/ mm /

Endereço

Bairro

Município

UF

CEP

E-mail

Telefone

Celular

Fax

Pelo presente, o leiloeiro oficial acima identificado vem requerer seu credenciamento em conformidade com o Edital para Credenciamento nº 01/2023, juntando a documentação exigida devidamente assinada e rubricada.

DECLARA, ainda, sob as penas da lei, que:

- Recebeu os documentos que compõem o Edital para Credenciamento nº 01/2023 - e que tomou conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto deste credenciamento;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

- Não se encontra inidôneo para licitar ou contratar com órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal;

As informações prestadas neste pedido de credenciamento são verdadeiras, e que concorda com os termos do edital e seus anexos;

- Não há qualquer fato superveniente impeditivo da sua participação neste processo de credenciamento.

- Declarar, sob as penas da lei, que na mesma não há realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre por menores de 18 anos ou a realização de qualquer trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, na forma da Lei.

- Declarar que para fins de participação no Credenciamento 01/2023 promovido pela Prefeitura Municipal de Conceição do Pará, que os socios desta empresa, bem como seus gerente e diretores não são conjugues, companheiros(as) ou parentes em linha reta ou colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ou por adoção, do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

_____, _____ de _____ de _____

Local/Data

Assinatura do Leiloeiro

Nome:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº _____/2023

Pelo presente instrumento, O MUNICÍPIO DE CONCEIÇÃO DO PARÁ – ESTADO DE MINAS GERAIS, sediado na Praça Januário Valério, nº 206 , Centro, CEP:35668.000 , nesta cidade, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. José Cassimiro Rodrigues, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 508.578.196-15 e RG nº MG 601.828, de um lado e, de outro lado o Sr(a) [NOME COMPLETO DO LEILOEIRO], na condição de LEILOEIRO OFICIAL matriculado na Junta Comercial do [Estado], sob nº _____, datado de ___ / ___/ ___, daqui por diante denominado CONTRATADO, têm justo e contratado a prestação dos serviços objeto deste instrumento, vinculado ao respectivo Edital de Credenciamento nº 01/2023, seus Anexos e à proposta apresentada pela CONTRATADA no referido certame, para o fim especial de alienar, por meio de processo licitatório na modalidade de leilão, moveis, imóveis, veículos, máquinas e bens inservíveis ou ociosos de propriedade da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , sujeitando-se as partes contratantes às normas estabelecidas na Lei nº 8.666/93, de 21.06.93, Lei 9.514/97 e, ainda, às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a chamamento público para credenciamento de leiloeiro para prestação de serviço de alienação de moveis, imóveis, veículos, máquinas e bens inservíveis ou ociosos pertencentes à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , conforme solicitação do Departamento Municipal de Administração e Planejamento, recebidos a qualquer título, por meio de processo licitatório na modalidade leilão, a ser desenvolvido na forma preconizada pela legislação vigente.

Parágrafo Primeiro - A presente contratação não importa, necessariamente, em exclusividade, podendo a CONTRATANTE contratar outro leiloeiro credenciado, para realização de leilões de lotes distintos, durante a vigência deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO, além das demais previstas neste contrato e Anexo II – Projeto Básico – do edital de credenciamento de Leiloeiro para Prestações de Serviços de Alienação de Bens Móveis e Imóveis da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ :

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

I - executar os serviços na forma pactuada no presente instrumento, realizando o leilão dentro dos prazos descritos neste contrato;

II - fornecer à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ relatório circunstanciado sobre o leilão e o resultado deste, acompanhado de toda a documentação pertinente;

III - observar na venda dos imóveis e dos bens móveis as disposições da Lei nº 8.666/93 e da Lei 9.514/97;

IV – emitir laudos de avaliação de bens móveis, quando requisitados pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ ;

V - proceder a ampla divulgação do leilão, utilizando anúncios, remessa de mala direta e todos os recursos de divulgação eficazes aos clientes cadastrados, principalmente nas praças de localização dos bens.

VI - Enviar à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , em até 05 (cinco) dias úteis contados da realização do leilão, o dossiê de arrematação do bem imóvel ou móvel moveis, máquinas e bens inservíveis ou ociosos ou de leilão deserto, contendo a seguinte documentação:

- a) Ata de Leilão, após a realização do certame;
- b) Termo de Arrematação e Carta de Arrematação, se for o caso;
- c) Recibo da Comissão paga ao arrematante, se for o caso;
- d) Termo de Declaração de Leilão Deserto, se for o caso.

VII - ressarcir à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ quaisquer prejuízos que esta vier a sofrer, decorrentes de atos omissivo ou comissivo de sua responsabilidade;

VIII - submeter, antes de sua divulgação, toda e qualquer publicação referente ao evento, à análise e aprovação prévia da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ;

IX - destinar e preparar o local para o público leilão, dotando-o de todos os equipamentos necessários para a realização do evento, bem como disponibilizar pessoal para atendimento aos compradores em potencial, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ ;

X - conduzir o Público Leilão e responsabilizar-se por todos os atos administrativos de sua competência até o encerramento, com a devida prestação de contas à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ ; XI - fornecer aos arrematantes vencedores os Termos de Arrematação e os recibos das comissões pagas;

XII - pagar os tributos federais, estaduais, municipais, inclusive multas, seguros, contribuições e outros encargos decorrentes deste contrato, exceto aqueles tributos que, por força de legislação específica, forem de responsabilidade da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ ;

XIII - submeter à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , quando for o caso,

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

os recursos apresentados pelos licitantes;

XIV - informar à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

XV - não utilizar o nome da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ, ou sua qualidade de contratado desta, em quaisquer atividades de divulgação profissional, como, por exemplo, em cartões de visita, anúncios diversos, impressos etc., com exceção da divulgação do evento específico;

XVI - guardar sigilo das informações que lhe serão repassadas para o cumprimento do presente contrato, e responsabilizar-se, perante a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ, pela indenização de eventuais danos decorrentes da quebra do sigilo dessas informações, ou pelo seu uso indevido.

Parágrafo Primeiro – Ficarão a cargo do CONTRATADO todas as despesas inerentes à execução dos serviços, tais como:

I – Criação da arte e diagramação dos anúncios e Edital do Leilão;

II – Elaboração e distribuição de catálogos no da do evento;

III – Análise documental (inclusive ficha matrícula) dos imóveis;

IV – Aluguel do ambiente/salão de leilões/hotel necessários à realização do leilão;

V – Equipe específica para confecção e preenchimento dos documentos elencados nos itens VI e V da Cláusula Segunda deste contrato;

VI – Equipe completa de caixas e recepção;

VII – Fornecimento de café e água mineral;

VIII – Disponibilização e manutenção de sitia na internet, contendo informações, edital dos Leilões e fotos dos bens ofertados;

IX – Página dos jornais com a publicação dos leilões, os quais comporão o dossiê constante na cláusula segunda deste contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

São responsabilidades do CONTRATADO:

I - todo e qualquer dano que causar à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ, ou a terceiros, ainda que culposo, decorrente da prestação de serviço objeto deste contrato;

II - responder perante a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ por qualquer tipo de autuação ou ação que esta venha a sofrer em decorrência da prestação de serviço objeto deste contrato.

I pendências judiciais ou extrajudiciais;

II - providenciar as publicações legais efetuadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais de grande circulação;

III - fixar o preço mínimo de arrematação, conforme a legislação vigente;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

IV - notificar o CONTRATADO de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ

A Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ obriga-se a:

I - disponibilizar os bens com a documentação inteiramente regular e livres e desembaraçados de ônus, pendências judiciais ou extrajudiciais;

II - providenciar as publicações legais efetuadas no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais e nos jornais de grande circulação;

III - fixar o preço mínimo de arrematação, conforme a legislação vigente;

IV - notificar o CONTRATADO de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO DOS SERVIÇOS

O CONTRATADO receberá do arrematante, a título de taxa de comissão, o valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor arrematado.

Parágrafo Primeiro - Nenhum valor será devido pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ ao CONTRATADO, pelos serviços prestados neste contrato, sendo que neste ato, o CONTRATADO renuncia à comissão que seria de responsabilidade da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ.

Parágrafo Segundo – Em hipótese nenhuma, será a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ responsável pela cobrança da comissão devida pelos arrematantes, nem pelos gastos que o CONTRATADO tiver de despender para recebê-la

Parágrafo Terceiro - Caso **não ocorra a efetivação da contratação da venda**, por erro na publicação ou falha nas informações, e ainda, **no caso do público leilão ser suspenso por determinação judicial, a comissão será devolvida ao arrematante pelo CONTRATADO, sem que isto enseje reembolso de qualquer espécie.**

Parágrafo Quarto - Caso a efetivação do negócio não se realize por culpa exclusiva da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ, a comissão deverá ser devolvida ao arrematante pelo CONTRATADO, tendo este direito ao ressarcimento do respectivo valor, a ser efetuado pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ.

Parágrafo Quinto - Nos casos de desistência do negócio por parte do arrematante, não há devolução da comissão por parte do CONTRATADO.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato terá a duração de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado a critério da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ e concordância do CONTRATADO, por período igual ou inferior até o limite permitido na Lei 8.666/93.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE LEILÃO DE BENS IMÓVEIS –

No caso de imóvel recebido em garantia de alienação fiduciária, o CONTRATADO deverá realizar, por imóvel, 2 (dois) leilões públicos, respeitados os prazos constantes no art. 27 e parágrafos, da Lei 9.514/97, contados a partir da convocação expressa por parte da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

Parágrafo Primeiro - O 1º leilão deve acontecer, impreterivelmente, até 15 dias contados da solicitação da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

Parágrafo Segundo - O 2º leilão deverá acontecer em até 15 dias a contar da data da realização do 1º leilão, impreterivelmente.

Parágrafo Terceiro - É considerado concluído o leilão quando todas as unidades que compõem o lote forem arrematadas ou quando, na sobra de alguma unidade daquele lote, for realizado o 2º leilão.

Parágrafo Quarto – Para os demais casos de bens móveis e imóveis e bens inservíveis ou ociosos, a realização do leilão deverá ocorrer mediante solicitação da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

CLÁUSULA OITAVA - DOS BENS A SEREM ALIENADOS

Os bens móveis e imóveis ou bens inservíveis ou ociosos a serem alienados serão repassados pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , com todas as informações necessárias para a alienação, tais como: descrição do bem e preço mínimo de alienação.

CLÁUSULA NONA - DA ORGANIZAÇÃO DO LEILÃO:

A organização do leilão será realizada pelo CONTRATADO, sob sua responsabilidade e ônus, em local próprio destinado a esse fim, que poderá ocorrer na sede do Leiloeiro ou, à critério da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , em qualquer município do estado de Minas Gerais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO VALOR DE VENDA DOS BENS

Os bens objeto da alienação não poderão ser vendidos por valor inferior ao preço mínimo.

Parágrafo Primeiro - Para os bens imóveis oriundos de alienação fiduciária o preço mínimo fica estabelecido pelos critérios ditados nos parágrafos primeiro e segundo do art. 27 da Lei 9.514/97, e o pagamento poderá ser à vista, com utilização total ou parcial de FGTS e ainda contar com financiamento, desde que o proponente apresente no momento da arrematação, o instrumento de habilitação adequado, emitido pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS DE RESCISÃO DO CONTRATO

A inexecução total ou parcial deste contrato por parte do CONTRATADO ensejará sua rescisão nos termos do art. 77 da lei nº 8.666/93, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei.

Parágrafo Primeiro - Reserva-se à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , presente a conveniência administrativa, a faculdade de rescisão contratual, mediante prévia comunicação ao CONTRATADO, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem que disso resulte à outra parte direito à reclamação ou indenização pecuniária.

Parágrafo Segundo - É facultado ao contratado rescindir o presente contrato, desde que notifique a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ com antecedência mínima de 60 dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS PENALIDADES

Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, assegurada a ampla defesa, o CONTRATADO ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I - Advertência;

II – Rescisão contratual;

III - suspensão temporária de participação em licitação com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

V – declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma da lei.

Parágrafo Primeiro - A advertência será aplicada em casos de faltas ou descumprimento de cláusulas que não causem prejuízo à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ.

Parágrafo Segundo – Ocorrendo reincidência de falta punível com advertência, pelo mesmo motivo, ou três por motivos distintos, será facultada a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ a imediata rescisão contratual.

Parágrafo Terceiro - A penalidade de suspensão temporária de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ pelo prazo de até 02 (dois) anos poderá ser aplicada no caso de reincidência em descumprimento de prazo contratual, descumprimento total ou parcial de obrigação contratual, ou, ainda, em caso de rescisão contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

Parágrafo Quarto - A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser aplicada ao CONTRATADO que se recuse a assinar o contrato no prazo estabelecido e à contratada que descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

Parágrafo Quinto - As penalidades de suspensão temporária de licitar e contratar com a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ e de declaração de inidoneidade poderão ser aplicadas, ainda à CONTRATADA:

- a) sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixe de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- b) tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos deste procedimento;
- c) descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos à Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ .

Parágrafo Sexto - As penalidades de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade, aplicadas pela competente autoridade da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ ou ministerial, respectivamente, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, serão lançadas no SICAF.

Parágrafo Sétimo – A penalidade de declaração de inidoneidade implica na inativação do cadastro no SICAF, impossibilitando o fornecedor ou interessados de relacionar-se com a Administração Pública Federal e demais órgãos/entidades integrantes desse Sistema.

Parágrafo Oitavo – A falta de equipamentos ou recursos materiais não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGURO, ETC.

Correrão por conta exclusiva do CONTRATADO todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto desta contratação, bem como as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços, salvo as despesas a serem pagas e/ou reembolsadas pela Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ , devidamente expressas neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

As infrações penais tipificadas no Decreto –Lei nº 2.848, serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

Os casos não previstos neste contrato ou possíveis dúvidas que surgirem durante a sua

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

vigência serão dirimidas por via de entendimento entre as partes, observando as disposições da Lei 8.666/93, da Lei 9.514/97 e demais legislações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA ALTERAÇÃO DO LEILÃO

A Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ se reserva o direito de alterar o leilão, no todo ou em parte, sem que caiba direito à indenização de nenhuma espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes ficam adstritas, ainda, às seguintes disposições:

I - O CONTRATADO declara, neste ato, ter condições financeiras próprias para suportar as despesas necessárias ao fiel cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, não se responsabilizando, a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ, pelo aporte de recursos para a execução dos serviços.

II - É vedado ao CONTRATADO caucionar ou utilizar esse contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ.

III - A tolerância em relação à inobservância de quaisquer cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento não constituirá precedente, novação ou modificação dos termos do presente contrato, que só poderá ser alterado mediante expressa estipulação escrita.

IV - O CONTRATADO está ciente de que deve guardar por si, por seus empregados, ou prepostos, em relação aos dados, informações ou documentos de qualquer natureza, exibidos, manuseados, ou que por qualquer forma ou modo venham tomar conhecimento, o mais completo e absoluto sigilo, em razão dos serviços a serem confiados, ficando, portanto, por força da lei, civil e criminalmente responsável por sua indevida divulgação, descuidada ou incorreta utilização, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos a que der causa.

V - O CONTRATADO declara que aceita o presente contrato, nos termos e condições pactuados neste instrumento, obrigando-se, por si e por seus prepostos, a cumpri-lo fielmente, especialmente no que se refere aos procedimentos operacionais que a Prefeitura Municipal de CONCEIÇÃO DO PARÁ vier a estipular para a execução do presente contrato, a prazos, modelos e condições para a remessa de documentos, relatórios e prestações de contas.

VI - Aplicam-se, subsidiariamente às disposições deste instrumento contratual, no que couber, a norma dos Códigos Civil e Comercial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

As partes aceitam e elegem o foro da Comarca de Pitangui -MG, por mais privilegiado

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO PARÁ
CEP: 35.668-000 - ESTADO DE MINAS GERAIS
Administração 2021/2024

que outro seja, para dirimir as questões que não puderem ser, amigavelmente, resolvidas pelas partes. Assim, justas e contratados, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual forma e teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CONCEIÇÃO DO PARÁ , ___de___de 2023.

Pela contratante:

José Cassimiro Rodrigues
Prefeito Municipal de Conceição do Pará

Pela contratada:

Testemunhas:

1 _____ CPF _____
2 _____ CPF _____